

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Coordenação-Geral de Projetos Especiais do Departamento de Produção Social da Moradia

Secretaria Nacional de Habitação

# ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2023

Processo 59000.015419/2022-22

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH) DO MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCID), O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) E O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

A União, por intermédio da **SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES (SNH/MCID),** com sede em Brasília/DF, no endereço Setor de Grandes Áreas Norte, 906 Módulo F, Bloco A, Edi cio Celso Furtado, Sala 100, CEP - 70790-060, inscrita no CNPJ/MF nº 05.465.986/0003-50, neste ato representada pela Secretária Nacional de Habitação Subs tuta, **ALESSANDRA d’ÁVILA VIEIRA**, nomeada por meio da Portaria Nº 19/2023 no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 2023, portadora do registro geral nº 162.363-5 SSP/DF e CPF nº 843.822.361-34, residente e domiciliada em Brasília/DF; o **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)**, com sede em Brasília/DF, no endereço Setor de Edi cios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902,Conjunto B, 2º Andar - Edi cio General Alencastro, CEP 70.390-025 - Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF nº 14.702.767/0001-77, neste ato representado pelo seu Presidente **NADIA SOMEKH**, eleita para o mandato no triênio 2021/2023, conforme consta da Ata da 108ª Reunião Plenária Ordinária ocorrida no dia 14 de janeiro de 2021, portadora do registro geral nº 486.056-4 SSP/SP e CPF nº 875.188.568/91, residente e domiciliada em São

Paulo/SP; e o **CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA)**, com sede em Brasília/DF, no endereço SEPN 508 - Bloco A, Ed. Confea Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho, CEP 70740-541, inscrito no CNPJ/MF nº 33.665.647/0001-91, neste ato representado pelo seu Presidente em exercício **JOEL KRÜGER**, nomeado por meio da Decisão Decisão PL-1679/2020 e, portador do registro geral nº 1.840.700-0 SSP/PR e CPF nº 493.216.509-97, residente e domiciliado em Brasília /DF.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 59000.015419/2022-22 e em observância às disposições da Lei nº 8666/1993 e atualizações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a disponibilização ao MCID, pelo CAU/BR e pelo CONFEA, de consulta a sistemas informá cos de sua respec va propriedade que possibilitem a verificação de informações atualizadas quanto aos registros profissionais a vos de seus associados, quando do cadastramento dos mesmos para se habilitarem a atuar no Programa de Melhorias Habitacionais Financiadas (PMH), da SNH/MCID, na qualidade de assessor técnico, para acompanhamento de melhoria habitacional contratada por tomador de crédito beneficiado pelo Programa.

O PMH visa a promover obras de melhorias ou ampliações em unidades habitacionais de famílias de renda moderada e baixa, obras que contarão obrigatoriamente com a assistência técnica dos profissionais de arquitetura, urbanismo e de engenharia civil devidamente habilitados e que desejarem par cipar do Programa.

Com a disponibilização das informações de que trata esse ACT, o MCID checará se estão registrados nos respec vos Conselhos (segundo as regras de cada um) e poderá habilitar em sistema proprietário, ainda em desenvolvimento, acesso a cadastro de profissionais disponíveis, incluindo região de atuação e permi ndo registro de ARTs/RRTs, acompanhamento de obras pelos profissionais e comunicação com o contratante.

Em contrapar da, espera-se que a área de tecnologia da informação do MCID, responsável pela sustentação e evolução de tal aplica vo de controle de finalidade em desenvolvimento, no limite de suas competências e possibilidades técnicas, poderá fazer uso do repositório de dados disponíveis no sistema para, dentre outras finalidades legais, subsidiar os Conselhos aqui representados com informações que eventualmente venham a demandar ao MCID.

# CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os par cipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles con dos acatam os par cipes.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

1. elaborar o Plano de Trabalho rela vo aos obje vos deste Acordo;
2. executar as ações objeto deste ACORDO, assim como monitorar os resultados;
3. designar, no prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados da publicação do presente instrumento, representantes ins tucionais incumbidos de coordenara execução deste ACORDO;
4. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônioda outra parte, quando da execução deste Acordo;
5. analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao a ngimento do resultado final;
6. cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
7. realizar atos em conjunto, quando necessário;
8. disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
9. permi r o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aoselementos de sua execução;
10. fornecer, nos limites de suas alçadas técnica e regimental, os dados e informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
11. manter sigilo das informações sensíveis, conforme classificação da Lei nº12.527/2011- Lei de Acesso à Informação (LAI) ob das em razão da execução doacordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos par cipes, observando sempre o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados; e
12. obedecer às restrições legais rela vas à propriedade intelectual, se for o caso.

**Subcláusula única** – As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SNH/MCID

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da SNH/MCID:

1. promover a execução do objeto deste ACORDO na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
2. designar equipe técnica, requisitando a par cipação de profissionais especializados, quando necessária, para a realização das a vidades estabelecidas no

Plano de Trabalho;

1. manter e assegurar o sigilo sobre as informações e dados que forem disponibilizados ou gerados a par r deste ACORDO;
2. disponibilizar documentos, informações e orientações técnicas que auxiliem os demais par cipes na regular disponibilização de informações necessáriasao funcionamento do aplica vo de controle de finalidade, assim como prestar os esclarecimentos necessários à execução do presente ACORDO;
3. promover a ar culação entre os atores necessários ao desenvolvimento de a vidades de sistema zação e análise das informações a serem geradas neste

ACORDO;

1. organizar reuniões sobre informações disponibilizadas ao aplica vo de controle de finalidade, frutos desse ACORDO, podendo propor ampliações oureduções no escopo delas; e
2. u lizar os resultados da presente cooperação técnica na proposição de polí ca, plano, ações e metodologias em programa de melhoria habitacionalfinanciada sendo desenvolvido pela SNH.

# CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CAU/BR

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do CAU/BR:

1. promover a execução do objeto deste ACORDO na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
2. designar equipe técnica, requisitando a par cipação de profissionais especializados, quando necessária, para a realização das a vidades estabelecidas no

Plano de Trabalho;

1. manter e assegurar o sigilo sobre as informações e dados que forem disponibilizados ou gerados a par r deste ACORDO;
2. disponibilizar documentos, informações e orientações técnicas que auxiliem na u lização das informações fornecidas aos demais par cipes, assim comoprestar os esclarecimentos necessários à execução do presente ACORDO;
3. promover a ar culação entre seus setores, en dades e redes vinculadas em apoio às ações da SNH/MCID, de modo a desenvolver a vidades desistema zação e análise das informações a serem geradas neste ACORDO; e
4. par cipar da organização e execução de reuniões e capacitação para u lização dos conhecimentos, informações, indicadores e sistemas gerados nesteACORDO.

# CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONFEA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do CONFEA:

1. promover a execução do objeto deste ACORDO na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
2. designar equipe técnica, requisitando a par cipação de profissionais especializados, quando necessária, para a realização das a vidades estabelecidas no

Plano de Trabalho;

1. manter e assegurar o sigilo sobre as informações e dados que forem disponibilizados ou gerados a par r deste ACORDO;
2. disponibilizar documentos, informações e orientações técnicas que auxiliem na u lização das informações fornecidas aos demais par cipes, assim comoprestar os esclarecimentos necessários à execução do presente ACORDO;
3. promover a ar culação entre seus setores, en dades e redes vinculadas em apoio às ações da SNH/MCID, de modo a desenvolver a vidades desistema zação e análise das informações a serem geradas neste ACORDO; e
4. par cipar da organização e execução de reuniões e capacitação para u lização dos conhecimentos, informações, indicadores e sistemas gerados nesteACORDO.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da celebração do presente acordo, cada par cipe designará formalmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, ar cular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

**Subcláusula primeira.** Compe rá aos designados a comunicação com o outro par cipe, bem como transmi r e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

**Subcláusula segunda.** Sempre que o indicado não puder con nuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser subs tuído. A comunicação deverá ser feita ao outro par cipe, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, seguida da iden ficação do subs tuto.

# CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os par cipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos par cipes.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos par cipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

# CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos u lizados por quaisquer dos par cipes, em decorrência das a vidades inerentes ao presente ACORDO, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro par cipe.

As a vidades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no ACORDO e por prazo determinado.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será inicialmente de 04 (quatro) meses a par r da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de adi vos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, no todo ou em parte, mediante termo adi vo, desde que man do o seu objeto.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DIREITOS INTELECTUAIS

Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo de Cooperação, integram o patrimônio dos par cipes, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente se for o caso, devem ser acordados entre os mesmos o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a u lização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

**Subcláusula primeira.** Os direitos serão conferidos igualmente aos par cipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se es pulado de forma diversa.

**Subcláusula segunda.** A divulgação do produto da parceria depende do consen mento prévio dos par cipes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ENCERRAMENTO** O presente Acordo de Cooperação Técnica será ex nto:

1. por advento do termo final, sem que os par cipes tenham até então firmado adi vo para renová-lo;
2. por denúncia de qualquer dos par cipes, se não ver mais interesse na manutenção da parceria, no ficando o parceiro com antecedência mínima de 60dias;
3. por consenso dos par cipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; ed) por rescisão.

**Subcláusula primeira.** Havendo a ex nção do ajuste, cada um dos par cipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido jus ficadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos par cipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

1. quando houver o descumprimento de obrigação por um dos par cipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
2. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impedi vo da execução do objeto.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Os par cipes deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do ar go 61 da Lei nº 8.666/1993 e atualizações.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os par cipes poderão aferir os bene cios e alcance do interesse público ob dos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de a vidades rela vas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os obje vos alcançados, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento.

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os par cipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

# CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os par cipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou en dade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tenta va de conciliação e solução administra va de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

**Subcláusula única**. Não logrando êxito a tenta va de conciliação e solução administra va, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Jus ça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Cons tuição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os par cipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos par cipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 20 de julho de 2023.

*(assinado eletronicamente)*

# ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA

Secretária Nacional de Habitação Subs tuta

*(assinado eletronicamente)*

# NADIA SOMEKH

Presidente

Conselho de Arquitetura e Urbanismo

*(assinado eletronicamente)*

# JOEL KRÜGER

Presidente em exercício

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia



Documento assinado eletronicamente por

**Alessandra D'avila Vieira**

,

**Secretária Nacional de Habitação - Substituta**

, em 20/07/2023, às 10:32, com

fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por

**Nadia Somekh**

,

**Usuário Externo**

, em 20/07/2023, às 10:52, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543,

de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por

**JOEL KRÜGER**

,

**Usuário Externo**

, em 20/07/2023, às 16:04, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº

10.543

, de 13 de novembro de

2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\_externo.php?

acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0

informando o código verificador

**4462493**

e o código CRC

**FB07A002**

.



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Coordenação-Geral de Projetos Especiais do Departamento de Produção Social da Moradia Secretaria Nacional de Habitação

**ANEXO A – DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA n° 01/2023 ENTRE A SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH/MCID), O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR) E O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA)**

# PLANO DE TRABALHO

**DADOS CADASTRAIS**

**1)**

**PARTÍCIPE 1:**

Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCID)

**CNPJ:**

05.465.986/0003-50

**Endereço:**

Setor de Grandes Áreas Norte, 906 Módulo F, Bloco A, Edicio Celso Furtado,

**CEP:**

70790-060

**Fone:**

(61) 2018 1929

**Esfera Administrava:**

Federal

**Nome do responsável:**

**ALESSANDRA d’ÁVILA VIEIRA**

**CPF:**

843.822.361-34

**RG:**

162.363-5

**Órgão Expeditor:**

SSP/DF

**Cargo/Função:** Secretária Nacional de Habitação Subs tuta

**PARTÍCIPE**

**2:**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

**CNPJ:**

14.702.767/0001-77

**Endereço:**

Setor de Edicios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º

Andar - Edicio General Alencastro,

**CEP:**

70.390-025

**Fone:**

(61) 3204 9501

**Esfera Administrava:**

Federal

**Nome do responsável:**

**NADIA SOMEKH**

**CPF:**

875.188.568/91

**RG:**

486.056-4

**Órgão Expeditor:**

SSP/SP

**Cargo/Função:**

Presidente em exercício

**PARTÍCIPE 3:**

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)

**CNPJ:**

33.665.647/0001-91

**Endereço:**

SEPN 508 - Bloco A, Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito

Filho,

**CEP:**

70.740-541

**Fone:**

(61) 2105-3700

**Esfera Administrava:**

Federal

**Nome do responsável:**

**JOEL KRÜGER**

**CPF:**

493.216.509-97

**RG:**

1.840.700-0

**Órgão Expeditor:**

SSP- PR

**Cargo/Função:**

Presidente em exercício

# IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

**Título:** Disponibilização ao MCID, pelo CAU/BR e pelo CONFEA, de consulta a sistemas informá cos de sua respec va propriedade que possibilitem a verificação de informações atualizadas quanto aos registros profissionais a vos de seus associados, quando do cadastramento dos mesmos para se habilitarem a atuar no Programa de Melhorias Habitacionais Financiadas (PMH), da SNH/MCID, na qualidade de assessor técnico, para acompanhamento de melhoria habitacional contratada por tomador de crédito beneficiado pelo Programa.

**Processo nº:** 59000.015419/2022-22

**Data da Assinatura**: 20 de julho de 2023

**Início (mês/ano):** 01/08/2023 **Término(mês/ano):** 30/11/2023

# DIAGNÓSTICO

Para além do déficit habitacional, que demanda a construção de novas moradias, encontra-se no escopo da Polí ca Nacional de Habitação o tratamento das habitações inadequadas, ou seja, aquelas que não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de novas unidades. Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. Com isso, faz parte do equacionamento do problema habitacional tratar a inadequação por meio da oferta de programas que permitam a aquisição de material de construção bem como a contratação de serviços de assistência técnica, que proporcionem a melhoria das condições de habitabilidade de moradias existentes.

O Governo Federal tem enfrentado a questão habitacional por meio de programas des nados ao incremento do estoque de moradias, via programas de produção habitacional, e ao tratamento do estoque existente, via programas de urbanização de assentamentos precários. Nos úl mos anos os programas habitacionais federais focaram a produção habitacional, imprescindível diante do déficit habitacional brasileiro e da demanda futura por moradia, mas insuficiente como polí ca pública para um país de dimensões con nentais como o Brasil.

Os programas de melhoria habitacional pressupõem a manutenção das famílias em seu local original de residência preservando soluções de acesso ao mercado de trabalho e a oportunidades urbanas, além de serem uma forma eficiente de atuação por aproveitarem inves mentos já realizados pelas famílias em suas residências. Sendo assim, programas dessa natureza possibilitam uma condição adequada de moradia a menor custo para o poder público, permi ndo o aumento de sua escala de atuação.

No processo de revisão dos programas habitacionais, para a linha programá ca de Melhoria Habitacional Financiada, está sendo proposto programa de abrangência nacional, que soma esforços às linhas programá cas de urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária.

Além disso, também interage posi vamente com outras polí cas setoriais, como a de saúde, reduzindo taxas de incidência de doenças relacionadas à inadequação habitacional, entre elas a tuberculose que tem relação direta com o adensamento excessivo.

Os desafios para a implementação de programas de melhoria habitacional estão relacionados:

Às condições de financiamento e à criação de linhas de crédito aderentes à renda das famílias que demandam ações de melhoria habitacional;

A assegurar baixos índices de inadimplência em linhas de financiamento;

Ao equacionamento de garan as para redução do risco de crédito, tendo em vista se tratar de população de baixa renda e, na maioria dos casos, de imóveis irregulares;

À melhoria do controle de finalidade, visando a redução de desvios e a redução da inadequação habitacional com foco em aspectos de segurança e salubridade;

Ao equacionamento dos requisitos e exigências quanto à regularidade da área e à responsabilidade técnica dos profissionais responsáveis pelos serviços de assistência técnica;

Ao custo da operação e acompanhamento, assegurando boa relação de custo-bene cio; e

À melhoria das condições de operacionalização de forma a tornar a operacionalização ágil e segura.

Nesse sen do, visando a mi gar parte significa va desses desafios, o desenho da polí ca pública inclui a obrigatoriedade de par cipação de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia civil tanto no projeto quanto na execução das melhorias habitacionais financiadas, somando os esforços de indução socioeconômica dessa fa a específica do mercado imobiliário ao fortalecimento dos mecanismos de controle de finalidade na u lização dos recursos pelo público-alvo es pulado. Para tanto, prevê-se ainda o uso de aplica vo informá co de acesso preferencial por meio de aparelhos celulares (APP) para centralizar as etapas operacionais de solicitação, cadastramento, acompanhamento e avaliação das melhorias contratadas por meio do Programa.

# ABRANGÊNCIA

Os trabalhos de disponibilização de informações não estão adstritos a uma região ou à localização geográfica das ins tuições, mas acontecerá conforme a organização e a disposição dessas informações e da força de trabalho disponibilizada pelos Conselhos profissionais. Já a atuação do MCID acontecerá precipuamente em Brasília/DF. Os produtos do Plano de Trabalho se des nam à operacionalização do Programa por meio do APP de controle de finalidade, cuja abrangência será nacional, visando a atuação de arquitetos, urbanistas e engenheiros civis em todo o território brasileiro.

# JUSTIFICATIVA

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a SNH/MCID, o CAU/BR e o CONFEA soma-se aos esforços da SNH/MCID de aprimoramento e diversificação das estratégias de atendimento habitacional, por meio da proposição de programas de melhoria que visam a apresentar uma solução para a redução da inadequação habitacional.

Historicamente os programas de financiamento à melhoria habitacional se limitaram a custear a aquisição de material de construção e, em alguns casos, admi am a contratação da mão de obra, porém não exigiam a contratação de serviços de assistência técnica. Tais programas foram pouco efe vos por diversas razões, mas muitas das quais poderiam ser evitadas ou, ao menos, minimizadas com a prestação qualificada da assistência técnica.

Assim, o presente Plano de Trabalho se jus fica uma vez que serviços de assistência técnica, que são prestados por arquitetos, urbanistas e engenheiros civis serão exigidos como componentes obrigatórios no Programas Federal de Melhoria Habitacional Financiada.

A SNH tem a atribuição de formular e propor, acompanhar e avaliar os instrumentos para a implementação da Polí ca Nacional de Habitação, em ar culação com as demais polí cas públicas e com as ins tuições e os órgãos voltados para o desenvolvimento urbano, regional e social.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU BR) e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), por sua vez, possuem a atribuição de disciplinar o exercício profissional, visando à exação da profissão e assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

# OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O presente Plano de Trabalho tem como obje vo geral a disponibilização ao MCID, pelo CAU e pelo CONFEA, de informações dos profissionais registrados que queiram par cipar do Programa de Melhorias Habitacionais Financiadas (PMH), da SNH/MCID, na qualidade de assessor técnico.

São obje vos específicos deste Plano de Trabalho, em relação ao funcionamento do aplica vo de controle de finalidade, instrumento de operacionalização do Programa de Melhoria Habitacional Financiada:

1. viabilizar tecnicamente a prestação dos serviços de assistência técnica obrigatória;
2. disponibilizar, por geolocalização do mutuário, lista de profissionais registrados nos respec vos Conselhos que queiram habilitar-se ao serviço de assessoramento técnico da reforma/obra, mediante contratação;
3. aportar ao Programa condições para o fortalecimento do controle de finalidade sobre a u lização do crédito, proporcionando o alcance dos obje vos da polí ca pública desenhada;
4. definir a responsabilidade técnica pelo projeto, execução e escopo de atuação dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de assistência técnica;
5. fomentar, disseminar e apoiar ações de capacitação dos profissionais em assistência técnica em consonância com as diretrizes do Programa de Melhorias Habitacionais; e
6. fomentar a disseminação de boas prá cas em assistência técnica de obras/reformas de habitações sociais.

# METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Os trabalhos serão realizados por meio de a vidades internas e por reuniões (preferencialmente online) entre representantes dos Conselhos, do MCID (SNH, CGTI e eventuais convidados), da empresa TGT Digital (desenvolvedora do APP), podendo haver reuniões específicas entre a TGT, MCID e alguns dos demais par cipes para endereçamento de questões específicas.

Não haverá repasse de recursos financeiros entre as ins tuições par cipes para execução das ações previstas no presente Plano de Trabalho. Eventuais despesas serão custeadas pelas ins tuições par cipes, de acordo com as respec vas disponibilidades orçamentárias. Para as a vidades que demandarem o repasse de recursos, serão firmados instrumentos específicos, com base na legislação em vigor.

As ins tuições par cipes u lizarão materiais e equipamentos próprios, podendo cada par cipe adquirir materiais necessários à consecução das ações previstas, desde que custeadas com recursos próprios, ou através de convênios específicos.

As reuniões de trabalho presenciais entre os representantes dos par cipes, quando necessárias, serão realizadas preferencialmente em Brasília, sendo cada ins tuição responsável por eventuais custos de deslocamento de seus representantes.

Em observação às regulamentações trazidas pela lei geral de proteção de dados, é obje vo desse Acordo, na medida em que se verificar tecnicamente viável e aderente ao objeto do documento, envidar esforços para que nenhuma das APIs desenvolvidas compar lhe informações pessoais, somente validem ações com retornos de Verdadeiro/Falso, conforme detalhado a seguir:

1. Consulta sobre dados dos profissionais registrados nos Conselhos: consulta via API de confirmação, com retorno de TRUE/FALSE, por Unidade Federa va (CONFEA) ou de forma nacionalizada (CAU), para validade do cadastro do profissional, u lizando como chave o CPF informado pelo próprio profissional no momento do cadastro no APP.
2. Consulta sobre validade da ART/RRT: consulta via API de confirmação, com retorno de TRUE/FALSE, u lizando como chave o código de ART/RRT, para validação do objeto consultado.

**8)**

**UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**Unidade Responsável:**

Departamento de Produção Social da Moradia da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério de Desenvolvimento

Regional.

**Gestora do ACT:**

Alessandra d’Avila Vieira, Diretora do Departamento de Produção Social da Moradia (SNH/MCID).

**9)**

**RESULTADOS ESPERADOS**

Os resultados esperados do Plano de Trabalho são:

1

.

Documento de regulamentação da governança sobre a disponibilização regular e connua do fluxo de informações do banco de dados dos

Conselhos para a aplicação tecnológica desenvolvida pelo MCID, constando lista dos responsáveis, atribuições e contatos;

2

.

Documento

contendo

requisitos

técnicos

de

tecnologia

da

informação

a

serem

observados

e

compabilizados

na

disponibilização

de

informações dos Conselhos para o funcionamento do aplicavo de controle de finalidade.

3

.

Fomento a boas prácas de atualização de dados cadastrais e profissionais por arquitetos, urbanistas e engenheiros civis;

4

.

Fomento à capacitação e atualização profissionais por arquitetos, urbanistas e engenheiros civis;

5

.

Disseminação e fortalecimento da cultura de ulização de conhecimentos técnicos especializados de profissionais de arquitetura, urbanismo

e engenharia civil para a realização de obras e reformas de pequeno vulto.

6

.

Redução significava das inadequações edilícias daqueles mutuários que, por meio de adesão ao PMH, beneficiem-se do crédito para o

efevo melhoramento de suas residências, valendo-se da supervisão técnica de profissionais de urbanismo, arquitetura e engenharia civil

habilitados no programa.

**10)**

**PLANO DE AÇÃO**

**Eixo**

**Ação**

**Produto**

**Início**

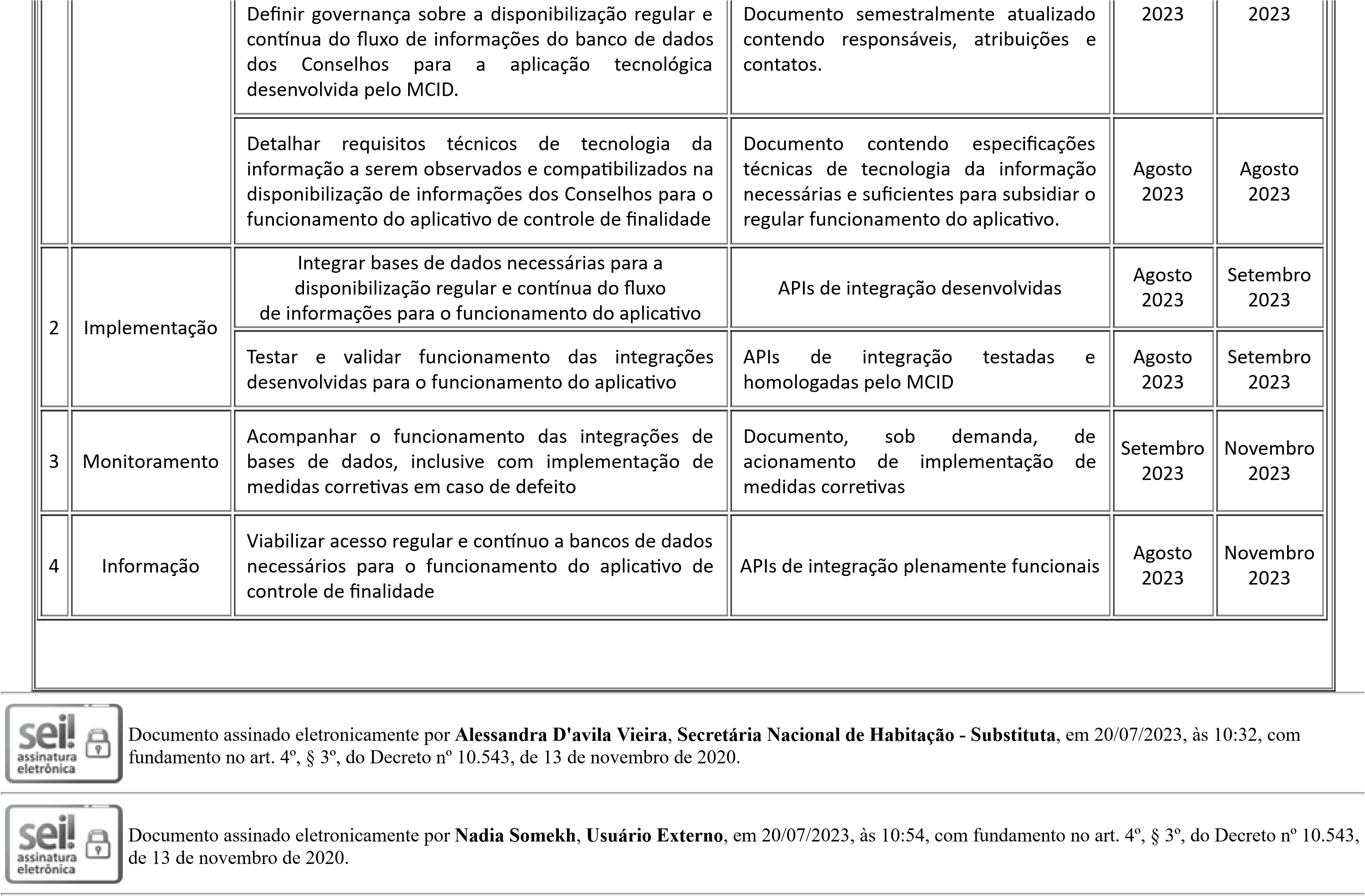
**Término**

1

Regulamentação

Agosto

Agosto



Documento assinado eletronicamente por **JOEL KRÜGER**, **Usuário Externo**, em 20/07/2023, às 16:04, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº



10.543

, de 13 de novembro de

2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\_externo.php?

acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0

informando o código verificador

**4462769**

e o código CRC

**D94D0F09**

.

59000.015419/2022-22 4462769v1